

HABEAS CORPUS Nº 481.537 - SP (2018/0319509-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARCELO DAMASCENA
ADVOGADO : MARCELO DAMASCENA - SP359924
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WANDERSON PINHOLATO AGUIAR VALIN (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WANDERSON PINHOLATO AGUIAR VALIN contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2204861-84.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em 20/06/2018 por ter supostamente praticados os delitos tipificados nos arts. 147, *caput*, do Código Penal e 24-A, *caput*, da Lei n. 11.340/2006 (ameaça e descumprimento de medida protetiva).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. Pretendida revogação da prisão preventiva. Impossibilidade. Descumprimento de medida protetiva de urgência da Lei Maria da Penha. Decisão devidamente fundamentada, nos termos do CPP, art. 282, 312 e 313, III. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada, com recomendação. (fl. 14)

No presente *writ*, o impetrante sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente.

Alega que o réu encontra-se acautelado há mais de 4 meses, sem que tivesse sido encerrada a instrução criminal, configurando-se excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, seja expedido alvará de soltura em favor do réu.

Indeferida a liminar (fls. 433/434) e informações prestadas (fls. 441/457 e 464/468), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 470/473).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes trazidos pelo Magistrado singular, verifica-se que em 3/12/2018 foi concedida liberdade provisória ao ora paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor (fls. 467/468).

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

